

EDITORIAL

No início do ano letivo de 2017/2018, sai mais um número da Anatomia do Crime, preenchendo com artigos de uma mais jovem geração de juristas e investigadores as diversas rubricas da nossa habitual sistematização.

O traço comum dos artigos deste número é a originalidade e inovação dentro da área do Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Internacional Penal ou Direito Contraordenacional destes textos. Trata-se de temas que «estavam aí» a necessitarem de ser tratados e que, em vários casos, jovens investigadores trataram com uma adequada base de investigação.

O artigo inicial é um artigo de intervenção na discussão dogmática jurídico-constitucional sobre um tema objeto de análise por vários Acórdãos do Tribunal Constitucional.

Outros artigos são o início de uma investigação mais detalhada, ainda em desenvolvimento, como o que analisa a questão da inimputabilidade na nossa doutrina e jurisprudência, o qual se insere num projeto científico individual e simultaneamente coletivo do CIDPCC, o projeto Hércules, procurando a análise crítica da tessitura doutrinária e jurisprudencial do nosso sistema penal.

Outros temas intervêm na discussão instalada ou procuram novos espaços de desenvolvimento da doutrina.

Realço, assim, o relevo do Direito Internacional Penal como uma área de prática jurídica efetiva bem como a continuação dos temas importantíssimos do Direito Penal do terrorismo, sublinhando-se neste último caso a dimensão política do Direito Penal.

Também a persistente questão da violência de género está presente, manifestando a continuidade de uma área de estudos levados a cabo no CIDPCC e que tem a sua expressão no Projeto Hipátia.

A criminalidade económica e financeira surge igualmente como objeto de análise, dando continuidade a inúmeras conferências e cursos realizados pelo Instituto

de Direito Penal, como o curso deste outono sobre contraordenações, dando seguimento ao trabalho dos investigadores do Centro sobre estes temas.

Finalmente, realço que a revista Anatomia do Crime surge neste número já integrando o Latindex e mais importante do que esse facto é a criteriosa seleção dos artigos que dá a investigadores portugueses e estrangeiros a certeza de que estão a publicar numa revista a que está subjacente uma organização e um projeto científico, sem deixar de ser um meio de informação fundamental para a prática jurídica do Direito Penal e do Direito Processual Penal.

Maria Fernanda Palma